

manifestação, isto é, para criar as condições (desordens públicas) que permitam desmobilizar violentamente os manifestantes, sem ter de negociar nem de fazer concessões. As páginas dedicadas a este complicado tema permitem-nos aproximar-nos com muita cautela, por exemplo, da análise da relação entre a presença de «radicais» e a ocorrência de violência nas manifestações, tão em voga com a recente publicitação das acções de protesto «antiglobalização».

Por outro lado, a articulação citada permite que nas academias policiais comece a circular material académico de maior rigor e qualidade científica. Isto supõe uma saudável ruptura com o uso de obras de «história da polícia» ou de reflexão sobre a ordem pública, tradicionalmente elaboradas por comissários voluntariosos dedicados a reforçar o *esprit de corps*. Oferecer aos corpos policiais uma visão externa sobre a sua acção e missão só pode redundar em favor da democracia. Felizmente, graças às redes europeias de formação de comissários, Olivier Fillieule é hoje citado nas lições do Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança, em Portugal, para afirmar a normalidade das manifestações como formas de expressão de interesses nas democracias avançadas. Esta avaliação contrasta fortemente com as tradicionais visões apocalípticas da manifestação como «multidão psicológica enfurecida» que surge ainda em alguns textos de formação prática dos agentes policiais.

José Luís Garcia (org.), **Portugal Migrante — Emigrantes e Imigrantes, Dois Estudos Introdutórios**, Oeiras, Celta Editora, 2000.

Estamos perante um livro interessante. Primeiro, porque reflecte sobre um dos traços mais permanentes de Portugal, a saber, as migrações. Segundo, porque conjuga o estudo dos movimentos clássicos de emigração — saída de portugueses — com o dos fluxos recentes de imigração — entrada de estrangeiros. Terceiro, pela profundidade de algumas das reflexões apresentadas ou, em alternativa, pelo rigor dos estudos nele incluídos. Quarto, pela reunião de esforços que representa: uma equipa de investigadores sociais de diferentes origens e gerações (José Luís Garcia, que coordenou, Helena Mateus Jerónimo, Maria Luís Rovisco, Pedro Alcântara da Silva, Cristina Matos Almeida e José Carvalho Lopes); alguns organismos oficiais que solicitaram ou patrocinaram os estudos em causa; e uma editora que tem contribuído exemplarmente para a divulgação das ciências sociais portuguesas. Relembre-se que este livro é apenas uma parte de um projecto mais vasto, intitulado «Saber Viver numa Europa Multicultural», promovido pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, que deu origem a vários trabalhos, todos publicados pela Celta Editora.

O livro reúne duas partes distintas. A primeira dedica-se ao estudo da emigração portuguesa. Tal como

é lembrado, trata-se de uma introdução ao tema, evocando as correntes emigratórias portuguesas seculares e aprofundando o caso das saídas mais recentes, nomeadamente as ocorridas a partir dos anos 60. Resultando de uma encomenda efectuada pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas para apresentação na Expo 98, é normal que o seu conteúdo se destine mais a leitores não especializados sobre o tema do que a iniciados. Mas, qualquer que seja o destinatário, trata-se de um bom panorama geral sobre a realidade emigratória do país. A segunda parte apresenta os resultados de um inquérito sobre as representações dos portugueses relativamente à imigração (e também — embora aqui nos afastemos do tema principal do volume — em relação à comunidade cigana). Nela são divulgadas as principais imagens que a população portuguesa possui em relação aos imigrantes estrangeiros, bem como algumas atitudes associadas. Apesar da maior novidade do assunto e de uma metodologia de análise mais sofisticada (que carece de uma ou outra revisão formal), o estudo não deixa de ser também «introdutório» — como, aliás, anuncia o título desta obra.

Aparentemente, o livro é um compromisso. Os estudos referenciados foram promovidos em momentos diferentes, com objectivos diferentes e metodologias também diversas. A sua reunião numa única obra não seria obrigatória (como se comprova pelo facto de o primeiro já ter sido objecto de publicação prévia). A «introdução»

e o «epílogo» — ambos redigidos por José Luís Garcia — tentam, porém, dar coerência aos contributos apresentados e, a nosso ver, justificam a oportunidade da edição conjunta. Nesses textos lembra-se, em primeiro lugar, que a actual centralidade da imigração estrangeira para Portugal não justifica fazer-se dela o único objecto de reflexão. A necessidade de escrever sobre a emigração, mesmo se em declínio, é uma «tarefa contra o olvido» (p. 5). Há não muito tempo emigrantes portugueses desenvolveram estratégias ou conheceram dramas semelhantes aos dos imigrantes africanos, asiáticos ou leste-europeus da actualidade. Em segundo lugar, muita da emigração e imigração em Portugal é inseparável. Foi a «expansão imperial» do país que marcou os territórios que, no início, receberam colonos e, hoje, enviam migrantes. A ideia das «contracorrentes» — podemos acrescentar — não é estranha nem à teoria das migrações (está, pelo contrário, na sua origem) nem ao estudo da imigração para Portugal. Mas lembrar que os destinos de ontem são as origens de hoje ajuda-nos a compreender a familiaridade — e a facilidade — de muitas migrações.

Em terceiro lugar, somos conduzidos ao universo cultural do país. Argumenta o autor que as migrações significaram sempre diversificação étnico-cultural. Num primeiro momento — o do império —, o que sucedeu foi a exportação da diversidade, com a saída dos portugueses para as colónias e outros territórios de expansão. Num segundo momen-

to — a actualidade — conhecemos a importação da diversidade, com a entrada de estrangeiros para o núcleo inicial do país. Em grande parte dos casos, os estrangeiros que entram provêm de locais onde a expansão portuguesa se verificou, sendo muitos deles reflexo da identidade e diferença que aí se encontrava (muitos deles conhecem Portugal, falam português, mas não perderam a identidade original). A coexistência de etnias e culturas não é, deste modo, estranha desde há muito aos portugueses. Ela está, precisamente, na base da «matriz cultural universalista» da presença portuguesa. O poema de Fernando Pessoa que serve de epígrafe ao primeiro capítulo desta obra ilustra esta noção — quando se escreve que «um português que é só português não é português». Esse princípio é claramente adoptado nas reflexões mais programáticas do livro.

Em quarto lugar, discutem-se algumas das questões que mais devem ocupar as políticas actuais sobre a imigração. Defende-se a necessidade de um «universalismo» ou «cosmopolitismo» na integração dos migrantes, isto é, formas de cidadania que os possam integrar na sociedade portuguesa, sem os fazer perder «o marco nacional». Esse conceito contrasta com a «duplicidade moral» que atravessa a sociedade, reflectida no modo como se encaram os imigrantes estrangeiros em Portugal e os emigrantes portugueses no estrangeiro. Do ponto de vista do autor, tende a instalar-se uma atitude «diferencialista» tanto por parte da

sociedade civil como de responsáveis políticos e institucionais. As representações desenvolvidas acerca da imigração — estudadas na segunda parte do livro — testemunham essa atitude de diferenciação. Alguma falta de apoio do Estado à integração dos imigrantes reforça o afastamento. De forma quase paradoxal, também a defesa da inserção e identidade dos imigrantes pode possuir efeitos perversos: o «[...] discurso da difusão da diferença etnocultural e da divisão «comunitária» despreza o melhor da tradição universalista que ajudou a configurar Portugal [...]» (pp. 111-112). Ora esta última diferença pode ajudar a reforçar os processos de fragmentação e exclusão social a que assistimos, com maior gravidade no caso da segunda geração de imigrantes — cujos laços identitários já não são os mesmos dos originais.

As migrações internacionais são um dos vectores de definição do mundo contemporâneo. A globalização, sabe-se, conhece mais entusiastas entre os defensores da circulação de capitais e de mercadorias do que de circulação do trabalho — ou, genericamente, das populações humanas. Os dramas da migração resultam, assim, de uma profunda contradição. Por um lado, as dinâmicas do mercado de trabalho, as desigualdades de rendimento, a melhor circulação de informação e as demografias variáveis (implosão demográfica nos «centros» e demografias galopantes nas «periferias») estimulam a migração. Por outro lado, as atitudes das populações de acolhimento, os vínculos étnico-cul-

turais e as políticas restritivas dos Estados limitam a sua difusão. Neste último aspecto, os limites colocados pelos Estados, quer à entrada, quer à concessão de direitos de cidadania, não podem desligar-se dos valores predominantes das nações. Portugal tem larga experiência prática nestes terrenos, mas fraca experiência política acumulada em relação à imigração. Não é este o momento de discutir se o «universalismo» português será, ou não, a marca da actuação futura. Mas o facto de não serem muitos os países — e as publicações — que combinem na mesma análise estudos sobre imigração e emigração talvez seja o sinal da nossa diferença.

JOÃO PEIXOTO

Ricardo Vieira, Histórias de Vida e Identidades — Professores e Interculturalidade, Porto, Edições Afrontamento, col. «Biblioteca das Ciências do Homem», 1999, 397 páginas.

Esta obra é a edição em livro de uma tese de doutoramento em Antropologia Social. O texto apresenta-se escrito na primeira pessoa do singular, opção deliberada do autor. É um trabalho inovador no campo da antropologia por transformar um domínio aparentemente sociológico,

três escolas do ensino básico do distrito de Leiria, em terreno de pesquisa antropológica.

No espaço da escola e das salas de aula analisam-se as interacções entre professores e alunos, identificando os alunos e cada professor como actores situados, portadores de percursos concretos. O professor, nesta obra, é um actor identificado através do seu percurso biográfico. Com essa estratégia metodológica, acompanhada de uma observação das actividades nas escolas que se prolongou por quatro anos, Ricardo Vieira pretende olhar a dinâmica escolar, em particular a abertura dos professores aos projectos de mudança pedagógica propostos pela legislação. Esta análise é feita ao nível do ensino básico, nas três escolas estudadas, tendo em conta a transição entre o 1.º ciclo e o 2.º e o 3.º ciclos, onde o sistema educativo deixa de estar marcado pela monodocência. A abordagem proposta analisa a escola como um meio social e culturalmente organizado, onde a participação do professor depende do seu próprio processo de socialização, e todos os actores intervenientes (alunos, professores, pais e comunidade) produzem a própria dinâmica escolar, que, por esse facto, não está isolada, mas antes integrada num sistema interactivo mais amplo. Através das histórias de vida dos professores, o autor pretende identificar «o processo de aprendizagem da sensibilidade, dos valores e dessa técnica de conseguir entrar no mundo do outro, quer seja o alu-